

ESTUDOS FEMINISTAS DE MÍDIA NA AMAZÔNIA: SIMILARIDADES E DISPERSÕES NA ANÁLISE DA MATÉRIA “ENTREVISTA COM A JOVEM ESTUPRADA”

Nathália de Sousa Fonseca¹
Otoniel Lopes de Oliveira Junior²

RESUMO

Neste artigo, buscamos apreender a forma pela qual militantes feministas da cidade de Belém (Amazônia-Pará-Brasil) percebem a maneira como foi desenvolvida a entrevista jornalística com a jovem vítima do caso de estupro coletivo que mobilizou ciberfeministas do país inteiro em maio de 2016. Para isso, promovemos uma conversa inspirada no modelo metodológico do grupo focal, por meio da qual pudemos perceber a emergência de similaridades e dispersões na maneira como as militantes de duas vertentes diferenciadas percebem a entrevista, a saber, feminismos negro e radical. Como resultado, pudemos perceber que embora polifônicas e divergentes em diversos âmbitos e intensidades, as vozes das correntes de pensamento feminista em Belém se propõem a dialogar contra a cultura que subjuga e violenta as mulheres.

PALAVRAS-CHAVE

Feminismos. Discurso. Poder. Estupro.

1 APONTAMENTOS INICIAIS

Em 25 de maio de 2016, um acontecimento mobilizou militantes feministas em todas as regiões do Brasil: uma jovem de 16 anos foi vítima de um estupro coletivo cometido por mais de trinta homens. Não bastasse a violência sexual, aquele corpo foi submetido a outra: os registros da cena criminoso – fotos e vídeos – foram divulgados via *twitter* pelos autores do crime, que posavam sorrindo ao lado da jovem nua e dopada.

No dia seguinte, haviam sido realizadas mais de oitocentas denúncias junto ao portal do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Diante da intensa mobilização *online*, os *media* convencionais passaram a noticiar o caso – sempre enfatizando o número de denúncias no MP-RJ.

¹ Graduada em Comunicação Social: habilitação em Multimídia. Mestra em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC-UNAMA). Doutoranda em Ciências da Comunicação no Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCom/UFPA).

² Mestre em Comunicação, Cultura e Amazônia pela Universidade Federal do Pará.

Nesta investigação, analisamos uma das matérias jornalísticas sobre o caso na TV aberta, “Entrevista com a Jovem Estuprada”, do programa Conexão Repórter de 29/05/2016, apresentado por Roberto Cabrini, o programa vai ao ar na madrugada de domingo para segunda, às 00h e possui uma linha editorial que costuma abordar temas polêmicos na atualidade de maneira sensacionalista.

A entrevista investigada foi a primeira na qual a vítima fala sobre o ocorrido; e o enredo se desenvolve entre cenas e falas da jovem, intercaladas com imagens de Cabrini, ofegante, subindo o morro e visitando o local do crime. No final da matéria, o entrevistador visita uma penitenciária na qual são mantidos homens condenados por estupro – um deles afirma: eles têm que separar a gente, aqui dentro a gente vira mulher. Embora seja um enquadramento muito problemático, não nos debruçaremos sobre ele neste artigo, pois nosso objetivo é compreender como a entrevista com a jovem é interpretada por militantes feministas de duas vertentes na cidade de Belém: Feminismos Negro e Radical.

Como movimento metodológico, nos inspiramos nos grupos focais, por conta da possibilidade agregada pela interação entre as militantes feministas. Para suscitar estas interações, exibimos um trecho da matéria sobre tela e abrimos para o debate sobre o (1) a entrevista e os modos de (2) de combater a forma como os *media* têm representado mulheres.

2 CONTEXTUALIZANDO OS ESTUDOS FEMINISTAS DE MÍDIA

Nossa investigação se desenvolve dentro do campo dos Estudos Feministas de Mídia (EFM) – que abarca investigações sobre a interface entre os feminismos e os *media*, assim como sobre a maneira pela qual as questões feministas emergem neles. Consideramos a relevância desta arena com base no reconhecimento dos *media* como um campo de tensionamentos de visibilidades inigualável na contemporaneidade (GOMES, 2008), a partir do qual, em uma visada praxiológica dos processos comunicacionais podemos observar de que forma o mundo comum se constitui, em vias de organização dos sujeitos, “da subjetividade e da intersubjetividade, da objetividade do mundo comum e partilhando” (França, 2003, p. 40).

Segundo Sarmiento (2017), o campo dos EFM, no Brasil, ainda é pouco explorado, especialmente fora a área da Comunicação. No entanto, se o olhar parte da sociologia ou da

ciência política, os *media* recorrentemente são definidos como um espaço de distorção, manipulação e influência sobre as mulheres. Partindo das teorias feministas, os media

[...] costumam aparecer como uma arena importante das sociedades contemporâneas, especialmente dentro das dinâmicas de (re)interpretação e comunicação de lutas públicas, como em Fraser (2013). Os meios de comunicação são tidos também como espaços de reprodução da opressão, seja a partir da sub-representação feminina (Okin, 1987) ou da ratificação de papéis tradicionais (hooks, 1984), tais como os que naturalizam a heterossexualidade (Young, 2005). A mídia também é tida como o espaço próprio da violação ou como diretamente responsável por ela, tal qual na perspectiva radical de Dworkin e MacKinnon (1997), sobre a influência da pornografia nos casos de violência sexual (SARMENTO, 2017, p. 51).

Estes estudos, ainda segundo a autora, têm como gênese o ensaio de Betty Friedan, “A mística feminina” de 1963, amplamente conhecido por sua crítica à forma como as mulheres eram retratadas pelas “revistas femininas” estadunidenses da década de 1960 – mas também como ilustração da perspectiva branca e elitista que marcou o feminismo da época. Como método de sistematização destes estudos, Sarmento (2017) se ancora nas perspectivas de Steeves e Van Zoonen, em sua demarcação dos três olhares mais convencionais dos estudos: as “análises feministas liberais de mídia, radicais e socialistas” (SARMENTO, 2017, p. 52), que são reconhecidas por suas abordagens que analisam a mídia a partir de um olhar que a percebe como (i) perpetuadora dos papéis tradicionais de gênero, (ii) reprodutora das lógicas patriarcais e como um (iii) instrumento do patriarcado para a alienação feminina, respectivamente.

Em contato com Sarmento (2017), pudemos perceber que as três perspectivas acima colaboram com uma visada instrumental dos processos comunicativos, pois a maneira como visualizam estes processos reverberam a ideia de que os produtos midiáticos – sejam as revistas ou programas de televisão – atuam em via de mão única na qual os papéis de produtores e consumidores (estes últimos, passivos) destes produtos é fixo. Esta ideia pode ser facilmente encontrada no paradigma informacional, que percebe a comunicação como instrumental e transmissiva, enfocada no transporte da informação de um transmissor ativo para um receptor passivo (FRANÇA, 2003).

Esse entendimento de comunicação se manifesta mais fortemente, nas teorias comunicativas, nos Mass Communication Research, que entenderam a comunicação como “o envio de uma mensagem de um emissor até um receptor, com a intenção de provocar algum

efeito”, por isso denominada de modelo transmissivo, ou matemático (França, 2003) – conhecido por não levar em conta o papel do receptor. França (2016) também defende que mesmo os estudos de recepção têm sido pouco efetivos na tarefa de acabar com a dicotomia emissor/receptor.

Desta forma, defendemos a necessidade de analisar nosso objeto a partir de um olhar que percebe a comunicação não como um movimento de emissão/recepção, mas como um processo capaz de construir sentidos acerca da realidade social. Logo, a visada comunicacional que utilizamos diz respeito à percepção de que os produtos midiáticos fazem parte deste processo de criação e circulação de sentidos que não necessariamente são criados pelos *media*, mas pelas gramáticas morais que atravessam as relações sociais, alcançando a produção midiática.

Portanto, compreendemos a comunicação como um fenômeno relacional (FRANÇA, 2003), no qual as gramáticas morais constituem e são constituídas, e que não pode ser analisada separadamente do contexto social em que emerge. Por esse motivo, no próximo tópico versaremos sobre a constituição do sujeito feminino nas sociedades ocidentais, para que se compreenda melhor o contexto que no qual a matéria emerge.

3 OS FEMINISMOS

No Brasil, os movimentos feministas datam da década de 1920 (PINTO, 2003), momento reconhecido na história “oficial” do feminismo como primeira onda, marcada pela reivindicação do sufrágio feminino. As duas ondas posteriores abordaram a necessidade da liberdade sexual — um dos marcos da segunda onda é o uso da pílula anticoncepcional — e de um recorte baseado na micropolítica, discurso que se preocupa em iluminar as diferenças intragênero.

Os feminismos ocidentais vêm demandando espaço que historicamente é negado às mulheres — a saída da esfera privada para a esfera pública e a desconstrução do pertencimento da mulher ao lar (ARÁN, 2013). Embora conquistas tenham sido alcançadas — como a inserção da mulher no mercado de trabalho —, uma mulher branca recebe em torno de 70% do valor que um homem branco recebe para realizar o mesmo trabalho, se essa mulher for negra a porcentagem cai para 40%, como apontado pela pesquisa publicada pela IPEA em março de 2016. Assim como a ocupação do mercado de trabalho, as mulheres seguem ocupando

espaços que foram criados e historicamente ocupados por homens, como os das universidades. Atualmente, 58,93% da parcela da população que possui ensino superior completo, e 37,3% das responsáveis pelo sustento das famílias brasileiras são mulheres.

Não obstante, ainda podemos observar reverberações do arquétipo de mulher construído pela dicotomia dos gêneros ser alimentado constantemente pelas mídias hegemônicas. Como no caso da matéria da revista *Veja* publicada em 18 abr 2016, que apresentava Marcela Temer como um exemplo de mulher para a sociedade Brasileira: bela, recatada e “do lar”. A matéria é reflexo do pensamento de uma parcela conservadora da que romantiza o olhar sobre a mulher não ocupante do espaço público, sobre a mulher “de verdade” que cuida dos filhos e da casa. Em vários pontos da matéria fica notória a preocupação de evidenciar as virtudes de mulher como sendo do do lar: “Marcela é uma vice-primeira-dama do lar. Seus dias consistem em levar e trazer Michelzinho da escola, cuidar da casa, em São Paulo, e um pouco dela mesma também (nas últimas três semanas, foi duas vezes à dermatologista tratar da pele)” .

Não argumentamos aqui sobre a existência problemas na opção por dedicar-se a esses cuidados, mas reconhecemos seus atravessamentos na construção da mulher para o cuidado e dos referenciais axiológicos que constroem este processo de reconhecimento (MARTINS, BASTOS, 2017).

O caso que investigamos neste artigo aponta exatamente na direção oposta da figura afirmada pela revista *Veja*. Versa sobre o tratamento que a sociedade oferece às mulheres que subvertem as gramáticas morais vigentes e passam a serem representadas como a mulher “a não ser” (ARAÚJO, 2016, informação verbal); e sobre a maneira como os *media* colaboram com a construção das imagens pressupostas acerca dessas mulheres, assim como de que maneira essas construções são recebidas pelas representantes das correntes do movimento feminista na cidade de Belém.

Historicamente, os direitos das mulheres têm avançado significativamente, como a conquista do direito ao voto, a criação da pílula anticoncepcional e recentemente a lei do feminicídio. Tais momentos-chave são interpretados por pesquisadoras do movimento feminista como demarcadores de “ondas” (RIBEIRO, 2014). As correntes de pensamento representadas no presente grupo focal se manifestaram a partir da segunda onda, datada de meados de 1970 e marcada por reivindicações dos direitos sexuais no Norte Global e pelas

crises das democracias em alguns países da América Latina. Este conhecimento situado (HARAWAY, 1995) ilumina a necessidade de investigações que não compreendam o movimento feminista no singular, mas no plural, reconhecendo as pluralidades e especificidades que se atrelam às diferenças.

4 AS CORRENTES/VERTENTES DO PENSAMENTO FEMINISTA

Em Belém, as vertentes mais fortes são o Feminismo Negro e o Feminismo Radical, correntes que seguem caminhos opostos no que concerne à sua percepção sobre os sujeitos do feminismo, a origem da dominação e as opressões que precisam ser combatidas.

O Feminismo Radical é marcado por desacreditar no gênero como identificação. Derivada do materialismo, esta vertente percebe o gênero como um sistema de opressão, definido por Kate Millet, citada por Dworking (1976), como o sistema político, o patriarcado, que nos explora e pré-determina o domínio de nossos corpos desde o dia em que nascemos.

O Feminismo Negro começou a ser discutido na terceira onda, e segundo Ribeiro (2013) demonstra que o discurso universal é excludente. Embora Beverly Fisher já houvesse apontado a invisibilidade das mulheres negras na década de 1970, e antes dela Sourjourner Truth, em 1851 em sua célebre intervenção no Women's Right Convention na qual questionava "Ain't I a woman?". A partir de 1980 que o feminismo negro passou a ganhar força no Brasil, lutando para que as mulheres negras fossem reconhecidas como sujeitos políticos. Sueli Carneiro afirma que é preciso enegrecer o feminismo, no seguinte sentido:

Enegrecer o movimento feminista brasileiro tem significado, concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca (CARNEIRO, 2011, p.02).

O Feminismo Negro é sobre ser minoria dentro de uma minoria, sobre o outro do outro (mulher branca), como nos diz Grada Kilomba (2010). Agregado ao e fruto da epistemologia feminista negra, desenvolveu-se o pensamento interseccional: partindo do pressuposto de que as opressões as mulheres de diferentes maneiras e intensidades, atravessando-se umas às outras e criando e desvelando relações de classe, raça e a orientação sexual, entre outras.

A interseccionalidade possibilita uma análise empírica mais nuançada, que reconhece a pluralidade de relações de poder que podem se configurar nas interações sociais. O conceito, desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (1986), visa reforçar a sensibilização epistêmica para atravessamentos que podem existir, inclusive, nas relações entre mulheres.

As demandas das mulheres não são as mesmas, e o feminismo se pautou principalmente nas mulheres menos desprivilegiadas por muito tempo. Segundo Crenshaw (2015), a interseccionalidade está atrelada à reflexão sobre privilégios e liga as identidades e relações de poder, e não se aplica apenas a mulheres.

O feminismo interseccional nasce da consciência da existência de todos os mecanismos de opressão de minorias sociais que se interagem entre si e se dispõe a criar uma intersecção entre as identidades sociais, com a finalidade de fortalecer o combate a esses mecanismos.

O Feminismo Radical e o feminismo Negro e sua perspectiva interseccional também protagonizam essa nova onda do movimento feminista, que inclui nas estratégias de luta contra o sistema de opressão masculina a militância dentro do ciberespaço – o ciberativismo.

5 AS FEMINISTAS DE BELÉM

Como supracitado, o feminismo se desenvolve a partir de um conjunto de possibilidades históricas que tornaram possíveis as discussões e os enfrentamentos. Quando falou sobre as microfísicas do poder, ou dos privilégios, Foucault (2005) afirmou que a passividade diante dos dispositivos de poder e opressão se transforma em uma insurreição de pensamentos e saberes, os saberes mesmo os tido como não adequados, não científicos, não balizados pela sociedade, encontram formas de irromper. O autor compreende estes saberes não legitimados como aqueles que são considerados “hierarquicamente inferiores[...] abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos” (FOUCAULT, 2005, p. 12). Eles se manifestam em uma tensão contra aos poderes hegemônicos, como é o caso dos feminismos.

Devido às complexidades dos sujeitos, também existem tensões internas que geram subdivisões de pensamentos, neste caso, vertentes diferentes para o feminismo. Para a discussão no grupo focal onde se analisaria o produto audiovisual, foram escolhidas três representantes das principais vertentes do feminismo em Belém, três mulheres que tiveram seus primeiros contatos com o feminismo de maneiras bem diferente umas das outras, mas que inevitavelmente apresentam pontos em comum em suas trajetórias. Os movimentos

como a Marcha das Vadias , e a Primavera Feminista protagonizada pelas mulheres brasileiras no ano de 2015, diferente da participação nortista nos periódicos da Imprensa Feminista pós-1964, tiveram em Belém, por exemplo, uma participação significativa.

5.1 O Feminismo Radical

Em uma sequência histórica de aparecimento no Brasil, o Feminismo Radical foi a primeira vertente a se manifestar. Ele é representado nesta pesquisa por Adriana*³, que afirma ter tido seu primeiro contato com o movimento aos 16 anos, no ensino médio, em uma escola de iniciativa privada de Belém, por meio de indagações de uma de suas professoras, durante uma dinâmica.

Eu falei que eu queria igualdade entre homens e mulheres, e ela falou: “ah, tem o símbolo do feminismo que é muito legal”, e aí ela me ensinou a desenhar o espelho de vênus com aquela mão dentro, o punho fechado. Eu desenhei, mas falei pra ela: “olha, eu não sou feminista”, como se eu tivesse me justificando, sabe? Aí ela falou: “mas tu não queres igualdade entre homens e mulheres?” e eu falei “bom, eu quero” e ela questionou “como é que tu achas que tu vais chegar nisso? todo mundo vai dar as mãos, juntinhos, e ser feliz?”, daí eu respondi “ah, não, eu acho que não”. Ela perguntou se eu acreditava em uma luta, daí eu respondi que acreditava muito no movimento feminista: “mas eu não me digo feminista porque eu acho que tem que saber muito mais sobre pra ser, lutar muito mais, ser mais engajada” (informação verbal).

Representante do pensamento Radical, Adriana* afirma que da mesma maneira que se sentia receosa de se declarar feminista, se sentiu receosa quando percebeu que a vertente do feminismo que melhor representava o seu pensamento era o feminismo radical:

É, eu tive muito medo. Assim como eu tive muito medo do termo “feminista”, eu tinha muito medo, quando eu [já] estava dentro do feminismo, do termo ‘feminismo radical’. Porque ele era tudo de ruim que tinha no movimento. E aí eu fui estudar um pouquinho mais sobre teoria de gênero. Eu entrei em contato com duas grandes teorias: a teoria queer, e a teoria materialista. Eu não fazia muita ideia do que que era cada uma, como é que elas se expressavam no movimento, mas eu sempre associei mais a teoria queer ao movimento LGBT. E aí eu descobri que eu não acredito em gênero como identificação, primeiramente eu acho que, como boa marxista treinada, que gênero é opressão, e que a gente ainda vive num mundo binário de gêneros (informação verbal).

³ Todos os nomes das entrevistadas foram substituídos por nomes fictícios.

Adriana* cita duas teorias que ajudaram-na a entender-se como feminista radical, a Teoria Queer e O Feminismo Materialista. Queer vem do inglês, algo que pode ser traduzido como "transviado" um termo pejorativo para aqueles que não seguiam a orientação cisgênero e que ficou popular com a prisão de Oscar Wilde por sodomia, a primeira figura pública a ser atribuída à característica. Ressignificada como forma de empoderamento, a palavra se ressurgiu como teoria nos anos 90 com o livro de Judith Butler *Problemas de Gênero* (2003). Butler teoriza o gênero como algo fluido, pensado a capacidade de agenciamento dos sujeitos diante das estruturas sociais.

Adriana*, como as feministas radicais, discorda dessa fluidez, baseando-se em Simone de Beauvoir, por exemplo, elas têm uma concepção de que a fluidez do gênero não existe, logo, a questão de gênero é definida por aspectos biológicos e culturais. Tendo como base o marxismo, apesar do marxismo não ser nem feminista ou anti-feminista (DELPHY, 1980), o Feminismo Materialista se fundamenta no pressuposto de as condições materiais serem elementos essenciais para a opressão feminina num mundo dominado pelo patriarcado, que dá ao homem condições incomparáveis de privilégios. Segundo Christine Delphy, uma das autoras precípuas da teoria, o materialismo é uma teoria que permite investigar a situação de opressão como uma realidade básica da vida das mulheres, independente da construção da identidade de gênero:

O estudo da maneira como a identidade de gênero é adquirida não pode substituir o estudo da construção social da divisão dos sexos, embora seja essencial para entender como funciona as divisões de sexos. A mudança de uma identidade de gênero não pode, obviamente, explicar toda a complexidade do gênero, porque ela existia antes de ser adquirida (Delphy, 1980, p. 97, tradução nossa).

Uma das principais características definidoras do Feminismo Radical é que ele não visa a reforma dos gêneros, mas sua abolição, pois em sua teoria, a característica imutável da condição da mulher é uma das características que fundamenta a opressão do patriarcado, e nessa relação há a chave para seu entendimento, luta e posterior desconstrução.

5.2 O Feminismo Negro e a perspectiva Interseccional

A segunda corrente que trouxemos para dialogar com a análise da matéria jornalística é Feminismo Negro, representado na pesquisa por Carolina* e Roberta*.

Carolina relata como se deu seu movimento de aproximação do pensamento feminista:

Eu conheci o feminismo por conta própria, buscando assuntos que falavam sobre organizações de Mulheres na época em que eu era de outra forma de organização (partidária). Conheci feministas Marxistas que me atraíram pelas ideias de gênero e classe e era uma época em que eu ainda não fazia uma leitura de mim como mulher negra. Isso é bem complexo e negado no Brasil. Depois de um tempo eu entrei em algumas crises com a forma de organização partidária, com a não prevalência dos assuntos de Mulheres, LGBTs, negros, os ditos “de minoria”, mas principalmente com o de Mulheres que era o segmento que eu deveria organizar. Lembro de uma vez que a tentar pautar o feminismo, uma das mulheres da direção falaram que não era pra usar esse nome porque mais afastava do que atraia mulheres, embora eu entendesse o que ela queria dizer, pra mim não contemplava mais. Já no final da minha permanência no grupo comecei a passar por mudanças em relação a minha racialidade, a entrar em contato com textos e perceber minha realidade com essa falta, esse silenciamento – coincidiu com o meu afastamento. Depois de cerca de um ano participei do seminário da Marcha de Mulheres Negras em Belém e tive a certeza das mudanças que eu já vinha percebendo em mim. Nesse meio tempo eu lembro de ter visto uma entrevista da Djamila [Ribeiro] na TV, comecei a seguir ela [nas redes sociais], e fui vendo as autoras que ela citava e tendo contato com um outro feminismo, no caso o negro. [...] Antes existia uma identificação de ideias [com o marxismo], mas no feminismo negro tinha afeto, sofrimento, alegria coisas que acabamos sufocando no tradicionalismo militante. Eu lembro de ter cuidado quando terminei de ler Intelectuais Negras da Bell Hooks porque eu me vi no texto. Muito curioso lembrar disso, porque ontem uma amiga que começou a ler alguns textos que enviei também disse que parece que os textos estavam lendo ela (informação verbal).

Carolina* mostra o seu início semelhante ao de Adriana* tanto em relações sociais – no descobrimento de si por meio de contato com outras feministas – quanto em teoria, já que o Feminismo Marxista (ou Materialista) foi sua fonte inicial de estudo. Não obstante, Carolina* também demarca seu contato inicial diferente do de Adriana*, uma vez que enquanto a segunda foi apresentada ao feminismo, a primeira buscou conhecê-lo para compreender melhor sua realidade de mulher e posteriormente de mulheres negras. Sua inclinação para o Feminismo Negro se deu pela sua sensibilidade à violência de gênero, à maneira como o racismo se agrega ao machismo, como o extermínio de jovens negros nas periferias, e a maneira como a violência assombra as mulheres negras de uma maneira mais agressiva. Ser

uma mulher negra faz de Carolina* imediatamente inserida em um outro espaço, uma outra perspectiva com relação ao feminismo, como afirma Luiza Bairros:

As feministas [brancas] também são formadas para desconhecer as desigualdades raciais. Formadas para pensar o Brasil como uma democracia racial. E aí, contraditoriamente, ainda que o movimento feminista consiga perceber em que nível a diferença de sexo é utilizada na reprodução das desigualdades, não consegue perceber como as diferenças raciais são trabalhadas na perspectiva da recriação constante dos mecanismos de discriminação racial (Bairros cit. por Moreira, 2007, p. 04)

Desta forma, o Feminismo Negro amplia o conceito de luta ao ampliar a percepção de que a desigualdade social que atravessa as mulheres não só tem em relação ao patriarcado, mas também a relação entre as mulheres (CAL, 2016).

Roberta*, segunda representante do Feminismo Negro, militante da luta pela humanização do parto e nascimento elucida como a interseccionalidade é indispensável para pensar a experiências de mulheres atravessadas por múltiplas formas de opressão. Roberta* fala de seu início no pensamento feminista se deu antes mesmo de saber que era feminismo.

Eu fui criada com alguns ensinamentos feministas, a minha mãe sempre trabalhou e ela falava assim pra mim: “olha, minha filha, você tem que trabalhar e estudar, não tem coisa pior na vida do que ter que depender do homem até pra comprar a nossa própria calcinha”, era este o termo que ela usava. Então, eu fui criada sempre com esse negócio, trabalhar, estudar, trabalhar, estudar, trabalhar, estudar, não depender do marido, trabalhar, estudar, não depender de homem nenhum, trabalhar, estudar, trabalhar, estudar, enfim... Mas eu só fui me posicionar mais firmemente como feminista depois do parto da Estela. Durante a gravidez, eu fui questionando um monte de coisa, não é?! Fui vendo um monte de coisa que eu não concordava. E a gravidez da Estela foi o que me trouxe pra esse outro mundo de questionar tanta coisa, de não ter certeza de tantas coisas, que antes eram fechadas na minha cabeça. E foi a partir da gravidez dela que eu fui me posicionar como feminista e como negra. Eu sabia que eu era negra, sempre soube que eu era negra, mas eu não me posicionava politicamente, socialmente diante da sociedade como uma mulher negra, como feminista, e o interseccional pra mim é uma maneira de pensar o feminismo negro; então foi tudo depois da Estela e foi uma mudança total na minha vida (informação verbal).

Roberta* afirma que durante sua gravidez despertou para o conceito de si mesma como feminista, quando se deparou com um papel múltiplo: ser de mãe ao mesmo tempo em que era uma mulher, e ao mesmo tempo em que era negra.

A interseccionalidade inicia um processo de descoberta, alertando para o fato de que o mundo ao nosso redor é sempre mais complicado e contraditório do que nós jamais poderemos prever. Ela nos leva a nos agarrar a essa complexidade teórica, ela não nos dá um conjunto de regras escrita em pedra, para o que uma feminista deve perguntar, que tipo de metodologia feminista deve ser usada em todo o tipo de pesquisa. Ao invés disso, a interseccionalidade estimula nossa criatividade para olhar os novos e inusitados caminhos (DAVIS, 2008, p. 79).

A interseccionalidade é o entendimento de que intersecção das identidades sociais é uma forma de se entender a dominação e a discriminação de todos aqueles que, afastados dos centros de poder e de seus privilégios, são sistematicamente oprimidos. Desta forma não só as mulheres, nem só as mulheres negras, mas todas as identidades e os indivíduos, os sujeitos assujeitados e oprimidos historicamente, tem uma luta em comum sob a bandeira do feminismo, independente da raça, religiosidade, casta ou orientação sexual, pois tais eixos de identidade interagem em níveis múltiplos e por vezes simultâneos.

Tendo em vista as similaridades e dispersões de cada uma das vertentes do feminismo, a análise subsequente do material e a discussão no grupo focal poderá ser analisada de forma direta, tendo em vista que a construção do material veiculado pelo SBT visivelmente se utilizou de artifícios que espetacularizaram não somente o estupro, mas a parcela da sociedade da qual ele derivou – os jovens moradores da favela, envolvidos com o tráfico.

6 O CASE, A COBERTURA E A DISCUSSÃO NO GRUPO FOCAL

O crime cometido em maio de 2016, na cidade do Rio de Janeiro, contra uma jovem de dezesseis anos, chocou a sociedade. Como supracitado, a veiculação via Twitter do material captado durante estupro coletivo, cometido por mais de trinta homens repercutiu de maneira viral na internet, levando a mais de oitocentas denúncias do caso no portal do MP-RJ, e foi só após a repercussão online que o caso chegou às mídias hegemônicas. As primeiras matérias a serem veiculadas sobre o caso sempre focavam o número de denúncias feitas pelos usuários da web, consagrando o seu sucesso viral.

Um dos casos da cobertura hegemônica é o material exibido em 29/05/2016, disponibilizado posteriormente no Youtube⁴, a matéria Entrevista com a Jovem Estuprada, episódio do programa Conexão Repórter. A cobertura da mídia hegemônica seguiu seu papel histórico, refletindo a sociedade na qual o masculino ainda é dominante. Facilmente percebido na postura do apresentador, homem, que se dedica a desvendar o que há “por trás” do caso e, como argumenta Roberta*, em nenhum momento a intenção do repórter foi a de humanizar a vítima:

O que eu posso perceber pela postura do Cabrini é muito isso de ele tá questionando como se fosse delegado, mesmo, fazendo uma investigação com ela, né? [...] Ele perguntar: “você não tem ideia de quem fez isso?” é diferente de perguntar “mas você sabe quem fez isso?”, “você tem ideia...” esse ‘não’ já coloca todo o posicionamento dele. Ele está muito com essa postura, machista mesmo, de saber. [...]Ele já chegou lá com uma ideia formada, ele não chegou pra contar uma história. Ele já chegou com a história montada na cabeça dele, e ele quer contar a história dele (Roberta*, informação verbal).

A figura de um homem branco, cisgênero, rico e famoso questionado uma adolescente que engravidou aos treze anos, frequenta bailes funk e foi estuprada por 33 homens é muito significativa, como reforça Roberta*:

No primeiro momento surge essa possibilidade de ser “alguém de nós”, uma menina foi estuprada por 33 homens, isso é bárbaro, vamos lançar essa notícia. Depois vem o contrário, vamos investigar quem é essa menina: mas essa menina mora na favela, essa menina não é uma de nós (informação verbal).

A construção das imagens pressupostas (PÊCHEUX, 1990) foi efetiva. E sua finalidade no caso da entrevista era a de questionar a veracidade das informações concedidas pela jovem. Reforçada na condição de outro (BEAUVOIR, 2013[1949]) por ser uma mulher com a intersecção de frequentar a favela e namorar um traficante, o pressuposto se fixa: ela não é um de nós, é uma estrangeira à nossa realidade, não merece confiança.

Os aplausos à matéria de Cabrini explicitam a maneira como dentro da ordem discursiva masculina – definidora da mulher como abjeto – é preferível lidar com o estupro

⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=44eAaoOBKZw>

alimentando o pensamento de que foi um caso à parte, que não é “comum” (no sentido de ocorrer corriqueiramente), do que sair da caverna e aceitar que a cultura do estupro faz parte da realidade brasileira, e que faz com que a cada onze minutos uma mulher seja vítima de violência sexual.

Tematizar em rede nacional a violência sexual é tornar público um assunto que amedronta 85% das mulheres no país, como apontado pela pesquisa realizada pelo Datafolha⁵. O estupro é realidade, ao mesmo tempo que é um tabu. E os muros construídos ao redor do tema impedem que se dialogue com os 33% da população brasileira que acreditam que a vítima é culpada.

6.1 A discussão no grupo focal

Como movimento de coleta, nos inspiramos na estratégia metodológica qualitativa do grupo focal, reconhecendo-a como indicada para análises conversacionais, ou seja, acerca da maneira com as pessoas interagem durante a discussão. As mulheres foram selecionadas a partir da corrente de pensamento que cada uma defende, na intenção de explicitar similaridades e dispersões dentro do Movimento Feminista na cidade de Belém a partir da análise da entrevista.

O diálogo foi realizado no dia 16/09/2016, no estúdio Iluminuras⁶, com duração de 1h30min. Decidimos analisar um recorte da matéria, haja vista que mais importante do que o produto, em si, eram as análises que viriam a emergir durante a discussão. Cinco minutos foram dedicados para que se assistisse o vídeo disponível no Youtube com o nome “Conexão Repórter (29/05/16) - Jovem dá detalhes sobre o dia do estupro”⁷, e o restante do tempo foi dedicado à discussão e análise.

O primeiro ponto analisado foi o da representação da mulher dentro da entrevista. Adriana* atenta para a maneira como a construção discursiva se focou na representação da adolescente: a “mulher a não ser”, argumentando a matéria se é tendenciosa ao expor a figura da jovem:

⁵ <https://noticias.r7.com/cidades/datafolha-85-das-brasileiras-temem-agressao-sexual-21092016>

⁶ <https://www.facebook.com/Iluminuras/?fref=ts>

⁷ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=zEWRdNieSH0>

O que eu ia falar era justamente dessa tentativa de ser pedagógica da grande mídia, que existe muito forte e que eu acho que quando ela mostra a mulher, principalmente a mulher de periferia, ela mostra a ‘mulher a não ser’, pra educar as meninas a não serem essa mulher (informação verbal).

A “mulher a não ser” diz respeito a um comportamento contrário àquele que a sociedade espera que a mulher tenha, figurações que vão desde o modo de vestir-se até a forma de falar. A mulher a não ser, desta forma, é a mulher que não age segundo a repetição do que seria um “comportamento feminino valorativo”, que no caso em questão diz respeito à maternidade precoce e aos lugares frequentados pela jovem.

Quando os *media* propagam estes discursos, compreendemos que as gramáticas morais do sujeito masculino ainda são perceptíveis no comportamento da sociedade brasileira. Ao analisar o discurso televisivo, Dutra (2009) afirma que “como qualquer outro texto, os da mídia se constroem sobre arcabouços sócio-históricos pré-existentes”. No caso da entrevista, esses arcabouços se materializaram no momento em que a matéria não conseguiu lidar com o tema para além do olhar masculino.

A capacidade de visibilizar acontecimentos, torna os discursos nocivos à subjetividade dos sujeitos se eles estiverem nas mãos do poder hegemônico – como é o caso da televisão – podendo reproduzir opressões recorrentemente até que se tornem naturalizadas.

Se não existe discurso neutro, a ideologia que o programa Conexão Repórter carrega ilustra tal afirmação quando, ao abordar o tema do estupro coletivo, acaba reproduzindo pensamentos machistas que afetam a maneira como o telespectador recebe a mensagem e lida com o assunto abordado.

Em teoria, as mídias alternativas servem para evidenciar as polifonias em relação às mídias hegemônicas. Leah Lievrouw (2001), em seu livro “Alternative and Activist New Media” busca as raízes políticas e culturais da “nova” mídia, que segundo ela é alternativa e ativista ao mesmo tempo – a internet. No entanto, no caso em questão, as mídias alternativas acabaram reproduzindo os mesmos discursos das mídias hegemônicas, buscando no histórico da vítima as motivações para o crime.

Acabavam reproduzindo essa lógica do “porque está ali”, “e a família?” nossa, essa pergunta pela família... Eu li algumas [notícias] consideradas alternativas que tinham esse enquadramento. Porque é muito complicado, a gente vive numa sociedade que ainda culpabiliza, ao ponto de ela própria

dizer que ela sentiu medo, vergonha, nojo, culpa (Carolina*, informação verbal).

Adriana* (informação verbal) defende, então, que a única alternativa para o movimento feminista naquele momento era, ele mesmo, produzir um contradiscurso:

[Sobre] o que tu estavas falando sobre como é que a mídia alternativa se aproxima da mídia hegemônica, daí a gente vê que a gente não tem pra onde... a gente não tem as vezes nem com quem contar pra fazer o contradiscurso. Então o contradiscurso somos nós, né? A gente de ter relações interpessoais, mesmo, com as outras feministas, de poder replicar alguma versão analisada a fundo do que que é esse caso (informação verbal)

O local encontrado pelo movimento feminista para produzir e disseminar o contradiscurso foi o da internet. Vista por Castells (2013) como uma ferramenta que, assim como os movimentos sociais, comunga da cultura da autonomia. Embora não concordemos com a defesa de uma “cultura de autonomia”, reconhecemos que os movimentos feministas têm encontrado, no ambiente *online*, espaço para tematização de questões invisibilizadas pelos *media* tradicionais, como podemos perceber em estudos como os que se debruçam sobre práticas de publicização de questões que atravessam as mulheres por meio de hashtags (DEPEXE; CORRÊA, 2017; MOUSINHO, 2017) ou, em uma visada mais tecnológica, temos Marta Goldsman (2018) em sua análise dos rastros digitais da campanha #libertadparabelen e suas implicações ao debate sobre o aborto na Argentina e a relação entre o feminismo e as TICs (NATANSOHN, 2013; PAZ, 2015).

Dessa forma, os discursos invisibilizados pela mídia hegemônica encontraram na internet um espaço de publicização de demandas invisibilizadas pelos media hegemônicos, por conta das condições de possibilidades encontradas na internet.

Existe essa rede que a gente diz que não é só virtual. É a facilidade da notícia hoje, né? A notícia saiu, as feministas já estavam, em todos os blogs, comentando e fazendo campanha pra justamente se contrapor ao que estava saindo [...] naquele momento, ela foi muito importante porque é preciso ter esse olhar feminista pra situação, porque caso contrário, você vai colocar ela mais uma vez nessa linha da violência comum e não na violência de gênero, vai esquecer as especificidades da sociedade. Então eu acho que assim, essas mudanças dentro da área de vocês [da comunicação], ela se deu pela presença do feminismo, mesmo, que o tempo todo estava rebatendo, vinha uma matéria no G1, as mulheres estavam lá rebatendo, dizendo que não era bem assim, em tal lugar saia uma matéria – e a gente ainda pedia pro

pessoal não compartilhar o vídeo, não é? Pra gente não alimentar. E a partir daí começou, se tornou uma campanha das pessoas contra a cultura do estupro, só que é a aí que vem as limitações do mundo virtual, as coisas passam e só as feministas seguem batendo na tecla (Carolina*, informação verbal)

Como comentado por Carolina*, os feminismos encontraram na internet espaço de verbalização de demandas negadas pelos *media* tradicionais e, por meio dela, conseguiram discutir e tensionar o que estava sendo veiculado.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha metodológica se mostrou profícua à análise do produto da matéria sobre tela para ser interpretada pelas mulheres da Amazônia por permitir, dentro da pesquisa, a afloração das intersubjetividades dessas mulheres, o que apontou um distanciamento das dispersões, que só podem ser lidas na percepção das sensibilidades analíticas de cada corrente de pensamento, em contrapartida às similaridades que emergiram durante todo o tempo em que o grupo focal ficou reunido.

A discussão no grupo focal nos permitiu perceber que na análise da matéria “Entrevista com a Jovem Estuprada”, as similaridades entre as manifestações de vertentes do feminismo em Belém se mostraram mais aguçadas, a ponto de que em nenhum momento durante a discussão no grupo focal as representantes entraram em discordância. Dado esse que assinala que diante do combate à cultura do estupro as vozes das vertentes – nitidamente polifônicas – se tornam uníssonas. As dispersões, no entanto, podem ser observadas na perspectiva de cada vertente, na maneira como as polifonias eclodem acerca do enunciado gênero.

Também foi notória e unânime entre as participantes a relevância do ativismo *online* protagonizado por sujeitas do feminismo enquanto contradiscurso às mídias hegemônicas, haja vista que as próprias mídias alternativas reproduziram o discurso que culpabilizava a vítima do estupro coletivo.

Os *media* tradicionais são uma ferramenta dominada pela ordem discursiva masculina e “nenhuma coletividade se define como Uma sem colocar diretamente a Outra diante de si” (Beauvoir, 1949). Partindo dessa consciência, a matéria jornalística analisada pouco se preocupa com o local de onde a vítima veio antes de ser mãe adolescente, antes de se

envolver com o tráfico – o que reflete a configuração axiológica de uma parcela da sociedade brasileira.

Beauvoir (1949) já havia assinalado a necessidade dessa sensibilidade de percepção do que é subtraído das mulheres enquanto indivíduos, por conta de seu gênero. Ainda hoje, seu questionamento acerca do que o fato de ser mulher afeta a vida desses indivíduos – que possibilidades são oferecidas e quais outras negadas – é válido.

Sabendo de que essa abordagem que desumaniza a mulher é unanimidade quando o enunciado trata do feminino, é necessário que haja um contradiscurso que possibilite um viés diferenciado deste que as mídias hegemônicas propagam. Pois enquanto isso for mantido, o discurso da “mulher a não ser” deve resistir. E a única alternativa segundo Adriana* é a de que as feministas sejam, elas mesmas, o contradiscurso.

Esse papel é ocupado pelo ativismo político na internet como uma alternativa de uma comunicacional contra hegemônica, protagonizada pelas próprias mulheres feministas, que só pôde existir diante do conhecimento de que o pessoal é político (HANISCH, 1969). Esse é o diferencial entre a abordagem hegemônica e a abordagem do ativismo online, a última parte da noção de que os problemas pessoais – que nesse caso levaram a vítima a se tornar a vítima – são problemas políticos, e devem ser combatidos coletivamente, mas sem que anule a subjetividade de cada sujeito.

REFERÊNCIAS

ARÁN, Márcia. Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. **Revista Estudos feministas**, v. 11, n. 2, 399-422, 2003.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 16ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAL, Danila. **Comunicação e trabalho infantil doméstico: política, poder, resistências**. Salvador: EDUFBA, 2016.

CARDOSO, Elisabeth. Imprensa feminista pós-1974. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, 37-55, 2004.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE RACISMO, XENOFOBIA E GÊNERO. **Anais...**Durban: [s.n.], 2001.

CASTELLS, Manuell. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1, 139-167, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. Porque a interseccionalidade não pode esperar. Blogueiras Feministas, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/eotXxm>> Acesso em: 29/11/2016.

DAVIS, Kathy. (2008). Intersectionality as buzzword: a sociology of Science perspective on what makes a feminist theory successful. **Feminist Theory**, v. 9, n. 1, 67-85, 2008.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELPHY, Christine. A materialist feminism is possible. **Feminist Review**, v. 4, 79-105, 1980.

DEPEXE, Sandra; GELAIN, Gabriela; CORRÊA, Luiza. #Primeiroassédio: quando a tela da tv é só o começo. **Revista Fronteiras**, v. 19, n. 2, p. 277-286, maio/ago. 2017.

DUTRA, Manuel. **A natureza da mídia: os discursos da TV sobre a Amazônia, a biodiversidade, os povos da floresta**. 1ª edição. São Paulo: Annablume, 2009.

DWORKIN, Andrea. **Our blood: prophecies and discourses on sexual politics**. 1ª edição. New York: Perigee Books, 1976.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 1ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. 1ª. Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 28ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

FRANÇA, Vera. L. Quéré: dos modelos da comunicação. **Revista Fronteiras**, v. 5, n. 2, 37-51, 2003.

FRANÇA, Vera. O objeto e a pesquisa em comunicação: uma abordagem relacional. In C. P. Moura & M. I. V. Lopes (Org.). **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas** (pp. 153-174). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

GOLDSMAN, Marta F. #LIBERTADPARABELEN: Twitter y el debate sobre el aborto en la Argentina. 2018. 219 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

HANISCH, Carol. (1969). The Personal is Political. Carol Hanisch, 1969. Disponível em: <<http://carolhanisch.org/CHwritings/PIP.html>> Acesso em: 09/10/2016.

KILOMBA, Grada. **Plantation memories. episodes of everyday racism**. 1ª edição. aBudapest: Unrast, 2010.

LIEVROUW, Liah. **Alternative and activist new media**. 1ª edição. Malden: Polity Press, 2011.

MOREIRA, N. R. O feminismo negro brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

MOUSINHO, Fabíola. Ciberfeminismo em 140 caracteres: O caso #EuParo no twitter. 2017. 46 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto Universitário de Lisboa, 2017.

NATANSOHN, Graciela. **Internet em códigos femininos. Teorias e práticas**. 1ª edição. Buenos Aires: La Crujía, 2013.

PAZ, Mônica. Mulheres e Tecnologia: Hackeando as relações de gênero na comunidade Software Livre Brasil. 2015. 300 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade Federal da Bahia, 2015.

Pêcheux, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 19, 7-24, 1990.

PINTO, Celi. **Uma história do feminismo no Brasil**. 1ª edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

RIBEIRO, Djamila. As diversas ondas do feminismo acadêmico. Carta Capital, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/ZyT9SW>>. Acesso em 03/03/2016.

SARMENTO, Rayza. **Das sufragistas às ativistas 2.0: feminismo, mídia e política no Brasil (1921 a 2016)**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

FEMINIST MEDIA STUDIES IN AMAZON: SIMILARITIES AND DISPERSIONS IN THE ANALYSIS OF THE SUBJECT “INTERVIEW WITH THE RAPED YOUNG WOMAN”

ABSTRACT

In this paper, we look to understand the way that feminist's militants of Belém city, the capital from Brazilian amazonian state of Pará, perceive the way the journalistic interview with the young victim of the collective rape case that mobilized cyberfeminists in the whole country in May 2016. So, we promoted a conversation inspired by the methodological model of the focus group, which we could perceive the emergence of similarities and dispersions in the way the cyberatvist of two different strands perceive the interview. As a result, we could see that although polyphonic and divergent in diverse scopes and intensities, the voices of feminist thought currents in Belém propose to dialogue against the culture that subjugates and violates women.

Keywords: Feminisms. Discourse. Power. Rape.

ESTUDIOS DE MEDIOS FEMINISTAS EN AMAZONIA: SIMILARIDADES Y DISPERSIONES EN EL ANÁLISIS DEL TEMA "ENTREVISTA CON LA MUJER JOVEN VIOLADA"

RESUMEN

En este artículo, buscamos aprehender la forma en que militantes feministas de la ciudad de Belém (Amazonia-Pará-Brasil) perciben la manera como se desarrolló la entrevista periodística con la joven víctima del caso de violación colectiva que movilizó a las ciberfeministas del país entero en mayo de 2016. Para ello, promovemos una conversación inspirada en el modelo metodológico del grupo focal, por medio de la cual pudimos percibir la emergencia de semejanzas y dispersiones en la manera como las militantes de dos vertientes diferenciadas perciben la entrevista, a saber, feminismos negro y radical. Como resultado, pudimos percibir que aunque polifónicas y divergentes en diversos ámbitos e intensidades, las voces de las corrientes de pensamiento feminista en Belén se proponen dialogar contra la cultura que subyuga y violenta a las mujeres.

Palabras clave: Feminismo. Discurso. Poder. Violación.

Recebido em: 13/04/2019

Aceite em: 23/01/2020